

O Diretório Estadual de Estudantes no Rio Grande do Sul e seu papel de aparelho ideológico do Regime Militar

Renato da Silva Della Vechia*

A presença de uma entidade nos moldes do Diretório Estadual de Estudantes (DEE), no Rio Grande do Sul, torna mais clara a existência de uma direita organizada e disposta a disputar ideologicamente suas posições. Diferente de outros estados, onde simplesmente não existiam DCEs livres¹ ou então havia algum tipo de trabalho assistencialista (que tanto podia ser fruto de uma concepção de direita como de um processo de despolitização), no Rio Grande do Sul havia outras variáveis.

Para João Carlos Gastal Junior, militante na época, sua opinião é que:

(...) a existência do DEE no RS era reflexo fiel da presença de uma direita estudantil mais organizada, atuante e influente em nosso estado do que nos demais. Assim, parece-me que somente no RS o processo de reconstrução das entidades e do movimento envolveu uma disputa mais significativa com a direita (...) A percepção que eu tinha, na época, é de que, em outros estados, o esforço dos militantes de esquerda era no sentido de chamar o conjunto dos estudantes para o movimento, de organizá-los, não sendo o enfrentamento de uma direita estudantil, de modo geral, uma questão colocada (Entrevista por email com João Carlos Gastal Junior – janeiro de 2011).²

Na opinião de Rogério Dornelles,³ essa direita organizada não só existia na época como ainda se mantém. Para ele: “o DEE só se manteve em nosso Estado porque aqui existe uma direita ideológica e organizada que no atual momento se unifica no anti-petismo e no movimento sindical tem seu expoente nas entidades médicas” (entrevista feita por email em fevereiro de 2011). Pensamento parecido com o de Paulo César da Rosa,⁴ representante do DCE UFRGS na comissão pró

UNE e na comissão de DCEs que constituíram a UEE Livre. Para ele,

O DEE existiu no RS porque aqui - como até hoje - tínhamos uma direita militante, que fazia a disputa política no dia a dia. O DEE foi um obstáculo a mais no processo de reconstrução. Gastou-se muitas horas de discussão sobre o que fazer com o DEE: ocupar ou destruir? (Entrevista por email com Paulo Cezar da Rosa – janeiro de 2011).

Para que possamos entender o porque do DEE do RS ter sido o único no país a se manter enquanto tal, mesmo após o surgimento do Decreto Lei 477 que acabou com o DNE (1969) e demais DEEs do país, é necessário uma pequena retrospectiva.

A UEE do RS surgiu em 1934,⁵ antes, portanto, do próprio surgimento da UNE. Quando Leonel Brizola se elegeu governador do Rio Grande do Sul (gestão 1958/62) doou uma sede à entidade, a qual se situava na rua Senhor dos Passos, nº 235, 3º andar, em Porto Alegre. A partir do período militar, com o surgimento da lei 4.464 em 1964 (também conhecida como Lei Suplicy de Lacerda), a UNE é extinta juntamente com as UEEs, e em seu lugar é criado o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs). No Rio Grande do Sul os estudantes mantiveram a UEE ainda por algum tempo.

Na última eleição direta para a UEE/RS, em 1966, venceu uma chapa de direita, denominada Decisão. A partir desse momento, em função da lei que acabava com as UEEs, esse grupo simplesmente mudou o nome para DEE.⁶ Como havia o problema legal da sede que estava em nome da UEE, criaram então a sigla DEE/UEE, sendo que ao mesmo tempo atendiam às regras do regime e mantinham o patrimônio que originalmente era da UEE. Foi excluída dos estatutos a condição de entidade representativa e esta passou a ser uma entidade de cunho cultural e assistencial dos universitários.

Na medida em que era uma entidade que estava alinhada ao regime, e que criou um mecanismo de sucessão controlada ideologicamente, sem nenhuma possibilidade da esquerda retomar a entidade; as autoridades públicas sempre apoiaram explicitamente o DEE, inclusive participando de suas atividades e frequentemente recebendo dirigentes do DEE e liberando recursos públicos para seus projetos.

*Professor de Ciência Política na UCPEL; mestre e doutor em Ciência Política pela UFRGS.

¹Entenda-se aqui DCE livre como aqueles não controlados política e ideologicamente pelas reitorias.

²João Carlos Gastal Junior foi estudante de Direito e filho do ex prefeito de Pelotas e ex deputado estadual João Carlos Gastal. Foi o primeiro estudante preso em Pelotas em uma manifestação (19 de maio de 1977) contra o chamado Pacote de Abril. Hoje trabalha como técnico do quadro permanente do Senado Federal.

³Rogério Dornelles era estudante de Medicina na UFRGS, militante do MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado e foi vice-presidente da UEE Livre gestão 1980/81.

⁴Paulo César da Rosa era estudante de Comunicação Social na UFRGS, foi membro da direção do DCE da UFRGS em 1979, membro da comissão pró UNE e da diretoria da UEE Livre gestão 1981/82.

⁵Informação do jornal *O Minuano*, ano III, nº 9, março/abril de 1977.

⁶Em um congresso do DEE realizado em 1967 em Santa Maria (jornal *O Minuano*).

Utilizando o conceito de Gramsci⁷ sobre estado, poderíamos afirmar que o DEE se constituiu enquanto um instrumento privado de hegemonia. Enquanto o regime dispunha da força como mecanismo de coerção, também construiu instrumentos de disputa ideológica no seio da sociedade. No caso do movimento estudantil os DEEs. Como vingou apenas no RS, aqui obteve o apoio oficial a despeito de sua falta de legalidade perante as próprias leis do regime.

O alinhamento ao regime é facilmente percebido em suas ações. Em um artigo de seu jornal O Minuano, a direção do DEE lamenta, tristemente, não a repressão política aos estudantes em nosso país, mas exatamente a reação por parte dos mesmos. Afirmam que:

O período de silêncio estava imposto à universidade diante do difícil quadro político que vivia o Brasil. O Movimento Estudantil radicalizou-se como um todo. Tristemente estão registrados em nossa memória os fatos agudos do período onde a guerrilha urbana irrompia-se através de assaltos a bancos, seqüestros, a toda uma gama de terrorismo político que recrutou exatamente os líderes estudantis mais ativos e muitos até idealistas, pois esses reagiam contra o governo e não contra o sistema. Mas, a indução subreptícia do comunismo internacional e seus partidos clandestinos, acabaram municiando toda aquela juventude, usando-a para interesses internacionais e redundando num quadro que foi o mais triste do período: o saldo de prisões, banimentos e mortes (jornal O Minuano, março/abril de 1977).

Em síntese, a responsabilidade pelas consequências da repressão é do “comunismo internacional” e as autoridades estavam apenas tentando controlar o “difícil quadro político” que o país vivia.

Se é verdade que havia a preocupação com o controle de uma estrutura de poder importante (sede do DEE com todos os serviços prestados) e talvez com benefícios pessoais (viagens, contatos, projeção política), também havia uma preocupação com a disputa de DCEs e uma disputa ideológica, manifesta na realização de inúmeras atividades como Seminários, Fóruns, etc, bem como atividades esportivas, festivas e culturais. Todas elas financiadas com recursos públicos e sempre convidando palestrantes de alguma forma comprometidos ideologicamente com o regime da época.

Da parte do regime havia uma aposta nas chamadas “maiorias silenciosas”. O Decreto Lei 228 obrigava todos os estudantes universitários a votarem nas eleições dos diretórios acadêmicos. Quem não votasse poderia ser suspenso por até 30 dias. Por trás dessa lei, havia o entendimento de que se a imensa maioria dos estudantes fosse obrigada a votar, diminuiria o peso da militância mais ativa dentro das universidades. Não é por acaso que na primeira eleição para a UNE em 1979 a chapa da direita denominou-se de *Maioria* (e ironicamente foi uma das menos votadas das 5 chapas que

disputaram as eleições).

Otávio Monteiro, presidente do DCE da UFSM em 1977 se reportou aos “estudantes profissionais”. Referindo-se ao Decreto Lei 228, disse que “*foi muito importante, porque eliminou o monopólio das entidades estudantis por parte dos chamados ‘estudantes profissionais’*”. O curioso da afirmação é que o próprio jornal oficial do DEE (O Minuano), afirmava, na mesma matéria, que Otávio tinha 31 anos e que a 14 anos se dedicava à atividade estudantil.⁸

Enquanto a disputa se dava por dentro dos Diretórios Acadêmicos (eram eles que elegiam os DCEs), havia uma preocupação em convidá-los para participar das atividades gerais do DEE e controlá-los do ponto de vista político e ideológico. Na medida em que começam a surgir eleições diretas para os DCEs, o DEE passa a deslocar seus quadros políticos para os municípios em disputa para apoiar as chapas de direita.

Segundo o jornal Correio do Sul, de Bagé, o presidente do DEE (João Gallardo), foi à cidade nas vésperas das eleições para o DCE FUNBA em 1982 e afirmou que: “*acredito no bom senso dos estudantes da FUNBA. Certamente eles optarão por manter no DCE aqueles representantes que, através do equilíbrio e do diálogo, tem conduzido as reivindicações e lutas da comunidade estudantil bageense*” (Jornal Correio do Sul, 06/06/82).

Também afirmou na ocasião que 5 DCEs e 60 DAs no estado estavam filiados ao DEE (sem especificar quais). Em outra oportunidade, em declaração para o mesmo jornal, Gallardo afirmou que o DEE teria representação em Bagé, Cruz Alta, Santa Maria, Uruguaiana, Caxias, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul.⁹

A imensa maioria de seus dirigentes eram de DCEs do interior do Estado, na medida em que na capital havia uma maior participação por parte dos estudantes e uma maior base político-ideológica para posições de esquerda. Com exceção do DCE da UCS e UFRGS, todos os demais tinham vínculos (com maior ou menor organicidade) com o DEE.

Analisando a trajetória do DEE, é possível percebermos a manutenção, ao longo das gestões, de uma política assistencialista (assistência médica e odontológica em sua sede; criação de uma livraria com descontos nos preços, convênio com seguradora para caso de acidentes pessoais, etc). Como também a preocupação em organizar atividades esportivas e festivas (escolha das mais belas estudantes, etc.), além de atividades de formação política em que sempre tiveram uma preocupação ideológica na seleção dos palestrantes.

Esse tipo de serviço ocorria não apenas na sede central do DEE, na rua Senhor dos Passos, em Porto Alegre. Os DCEs que se alinhavam à essa entidade, sempre tiveram uma preocupação grande com o assistencialismo. Da mesma forma que o movimento

⁷Para maiores referências sobre o conceito de Estado ampliado para Gramsci, ver PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1977.

⁸Jornal O Minuano, pg. 12, ano III, nº 9, março/abril 77.

⁹Jornal O Correio do Sul, em 11/12/81. Na mesma nota do jornal, Romeu Ramos, secretário de Minas, Comunicações e Energia pedia apoio ao DEE para que realizasse um seminário para discutir problemas ambientais – oferecendo recursos financeiros para a organização do evento.

sindical, controlado pelo regime, tinha se transformado em grandes “máquinas” assistencialistas, o mesmo aconteceu com as entidades estudantis controladas pelos setores de direita. Algumas falas de parte de dirigentes desses DCEs comprovam sua forte vinculação ideológica com a direita. Em Santa Maria, o candidato à presidência do DCE da UFSM em 1979 (e presidente da Arena Jovem na cidade), Clébio Calegari da Silveira, elaborou e tornou pública uma carta da Arena Jovem afirmando que o vice reitor era um traidor da UFSM por defender um processo de eleições diretas para o DCE (Jornal A Razão, 13/10/79). Também foi feita uma crítica, por parte do DCE, ao fim do decreto lei 477. Segundo o jornal A Razão:

Para os dirigentes do Diretório Central da UFSM, que não raras vezes evocaram o 228 como sendo o meio legal para serem feitas eleições estudantis, a revogação dos decretos os deixa um pouco confusos, chegando a considerar o 477 “necessário”, pois é como o código civil para os brasileiros” (jornal A Razão 26/06/69, p. 4).

Elias Pontelli, presidente do DCE UFSM nesse período, ainda afirmou que sua preocupação era que “os estudantes não tenham consciência para escolher suas lideranças” (ibidem). O mesmo Elias, na eleição para presidência do DCE/UFSM, afirmava em relação à chapa de situação, que “somos pessoas de idéias brasileiras” e criticava o presidente da UNE, dizendo que “o presidente da UNE tem íntimo relacionamento com organismos internacionais voltados para o socialismo e o marxismo”. No mesmo processo eleitoral, o então presidente do DCE UFSM gestão 78/79, Elias Pontelli, afirmou que:

O presidente do DCE nunca concordou com a participação dos estudantes nos problemas de outras classes. Ele defende a política estudantil voltada ao ensino, a pesquisa e a extensão. Ele alerta que o estudante não deve se alienar do problema das classes de operários mas que deve participar da política nacional como brasileiro (Jornal A Razão, 26/06/09, p. 16).

A política de defesa do regime, das reitorias e da “ordem” era facilmente identificável nas ações dos dirigentes dos DCEs vinculados à direita. Na UCPEL, em 1979 e em 1980, a direção do DCE se colocou contra a mobilização dos estudantes contra os aumentos de anuidades, lançando nota à imprensa e à reitoria. Em outra ocasião mandou ofício à Liga de Defesa Nacional se desculpando por não ter comparecido à uma solenidade na Semana da Pátria e outro à reitoria se desculpando pelo fato. Em Rio Grande, foram inúmeros os ofícios às autoridades convidando para coquetéis e solicitando recursos para assistência, inclusive um deles parabenizando o interventor da cidade por sua recondução ao cargo de prefeito por parte do presidente Médici.¹⁰ Na UFPEL, existem inúmeras atas, tanto de reuniões de diretoria do DCE como do Conselho de Representantes, onde os encontros foram realizados no

gabinete do reitor. Uma delas inclusive onde constava na ata que o próprio reitor foi quem coordenou a reunião. Na PUC, até 1975 havia uma tradição do DCE organizar um vôo fretado com estudantes para uma visita ao Papa, sendo que o presidente do DCE recebia uma passagem cortesia da empresa organizadora do evento. O discurso contra os “radicais”, a fala a respeito dos “jovens sadios”, a preocupação com as “ideologias estranhas ao povo brasileiro”, e um conjunto de expressões que manifestavam claramente um perfil conservador e anticomunista presente, de forma constante, em documentos, jornais e falas dos dirigentes ligados ao DEE.

Essa preocupação permanente de centrar suas ações em questões específicas dos estudantes (e mesmo assim sem nunca se contrapor aos interesses das reitorias), e denunciar as reivindicações não corporativas como fruto de interesses políticos externos à universidade, sempre foi uma marca muito forte da direita estudantil. A partir de certo momento começa a diminuir o espaço para esse tipo de discurso. Para Abner Jandir Pífero Gomes,

Tentando colocar-se como representantes dos “verdadeiros estudantes”, eles disputavam as migalhas (privilégios) da elite da ditadura em decadência. Viviam a contradição de - sem espaço hegemônico - esconderem-se, não podiam mostrar-se como eram. Articulavam por baixo dos panos. Não tinham poder de atração público - quem defendia a ditadura já não fazia publicamente. Por isso o campo deles era o do estudantismo. Mas este não prosperava. Onde estavam nas grandes mobilizações e greves? Quais chapas apoiavam para UNE e UEE? Tempos difíceis para estes seres (Entrevista por email com Abner Jandir Pífero Gomes – janeiro 2011).¹¹

No entanto, a despeito dessa marca de continuidade, também podemos perceber que na medida em que o regime vai abrandando, o discurso dos representantes desse setor começa a abrandar. Aqui, entendemos não apenas o discurso dos dirigentes oficiais da entidade, mas também dos DCEs que publicamente se alinhavam ao DEE. Isso tanto poderia ser um processo natural de retomada de posicionamento e/ou surgimento de novas lideranças, como também poderia ser uma forma de readaptação à uma nova realidade dada.

No Regimento do DEE, aprovado em 1979, consta que “o Estado de direito pressupõe uma constituição legítima; elaboração democrática das leis, através de um Parlamento livremente eleito; a existência de um poder judiciário independente; e principalmente o respeito aos direitos da pessoa” (Regimento DEE).

A concepção liberal que passa a aparecer nos documentos do DEE tem dois eixos: o liberalismo político na medida em que passa a defender um estado de direito por um lado, e por outro, com mais ênfase ainda, a defesa de um liberalismo econômico e um combate à

¹⁰Na época, como Rio Grande era considerada área de segurança nacional, não havia eleições, sendo o prefeito municipal nomeado./

¹¹Abner Jandir Pífero Gomes foi militante do movimento estudantil secundarista no final dos anos 1970 e universitário nos primeiros anos da década de 80, em Pelotas. Hoje é Secretário Municipal da Prefeitura de Santa Vitória do Palmar.

concepções coletivistas e ou socialistas. Novamente o regimento do DEE é bastante elucidativo: *“Nos encontramos equidistantes das posições tradicionais e conservadoras que não absorveram as transformações do mundo; e dos coletivismos utópicos de alguns socialismos que só podem ser efetivados com imensos sacrifícios da perda das liberdades individuais”* (Regimento DEE).

Nesse aspecto, (liberalismo econômico), buscamos preservar e defender

O direito à propriedade, como direito natural e como fundamento da personalidade humana, com as restrições requeridas pela sua função social.

A empresa privada, o esforço e a capacidade pessoal valorizados e usados conscientemente pela sua incontestada eficiência, e, pela valorização da sociedade civil.

A economia de mercado, corrigida, forma de garantir justiça social e igualdade de oportunidades (Regimento DEE).

Não só nos documentos do DEE começou a aparecer a defesa dos preceitos liberais. A chapa de situação para o DCE UCPEL nas eleições de 1980, por exemplo, também defendia a livre iniciativa como forma de organização econômica da sociedade. Para eles, *“procuramos reunir em nossa chapa, todos aqueles colegas que participam de um pensamento positivista, liberal e democrático, onde a livre iniciativa coordenada pelo bom senso, fará de nossos dias uma luta constante”* (chapa Gênese – DCE UCPEL/1980).

Na mesma eleição de 1980 na UCPEL, a chapa Novo Tempo, dissidência da chapa oficial do DCE, mas também de direita, tem seu material de campanha pago pelo CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) tendo inclusive o slogan do CIEE como propaganda no seu panfleto de programa.

Também em outros municípios a direita buscou aparecer como desvinculada do passado. Em Passo Fundo, na primeira eleição direta para o DCE, o grupo de situação não apresentou chapa. Mas a chapa Renovação, que criticava a gestão anterior, também se preocupava em atacar a esquerda. Embora alegassem defender a UNE, se reportavam a uma *“UNE livre, isenta de ideologias estranhas”*,¹² discurso esse de viés anticomunista.

Dentro dessa perspectiva de “renovação”, o DEE se articulou para participar da fundação da UNE em 1979. A atuação dessa entidade no Congresso em Salvador foi acompanhada de diversas acusações por parte da imprensa e outras correntes políticas. Organizaram uma caminhada pelas ruas da cidade com um caixão coberto com a bandeira da UNE, - existem fotos comprovando essa atividade. Também existem acusações de sabotagem em que ainda não está elucidado se houve a participação do pessoal do DEE ou se apenas de membros das forças ligadas aos órgãos de informação do regime que atuavam na época. O corte de energia elétrica em determinado momento do Congresso e a disseminação de um pó que foi atirado das arquibancadas que gerou irritação na pele

de diversos estudantes, depois identificado como pó-de-mico, inofensivo mas que gera uma irritação muito grande.

De qualquer forma, a direita se organizou para disputar a direção da UNE e lançou uma chapa nas eleições de 1979. Nessa disputa, o DEE teve um papel importante na articulação, tendo João Gallardo como vice sul da chapa denominada de “Maioria”. O vice nacional da chapa foi Ciro Gomes, político originário da ARENA no Ceará e, posteriormente, candidato à Presidência da República em 2002 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). O processo de esgotamento do regime militar arrastou consigo a crise também para esse discurso de direita. A chapa Maioria (a despeito do nome) teve uma baixíssima votação.

No contexto gaúcho, quando alguns DCEs começaram a movimentação para constituir a UEE Livre, o DEE resolveu, em um primeiro momento, tomar a iniciativa de chamar eleições diretas para a entidade. Buscavam com isso realizar eleições sobre seu controle, ainda de acordo com a crença de que “as maiorias silenciosas” estavam de seu lado. Chegaram a distribuir cartazes pelas entidades chamando eleições diretas. Os órgãos de informação inclusive mandaram para as delegacias de polícia documento sigiloso¹³ onde constava que:

O atual Presidente do DEE/RS (Diretório Estadual de Estudantes/RS) pretendia fazer uma campanha em todas as Universidades e Faculdades do RS, visando forma direta para as próximas eleições, pois assim, segundo ele, poderá ser obtida uma maioria de aproximadamente 80%. A referida campanha, teria também como objetivo, uma antecipação à organização e atuação de elementos de esquerda nesse setor (Documento confidencial do DOPS).

Porém, esse documento não mostrava preocupação alguma com o DEE, ao contrário, sua intenção era buscar mais informações sobre os movimentos que visavam a constituição da UEE Livre. Os órgãos repressivos tinham a informação de que “até 20 de abril de 1979, seria realizada uma reunião de estudantes politicamente ligados à esquerda, com o objetivo de reativar a UEE/RS (União Estadual de Estudantes/RS)”. E o documento, que citava as informações provenientes do DEE, ao final solicitava às DRPs (delegacias regionais de polícia), *“Apurar local da reunião e acompanhamento da mesma, bem como identificação de líderes políticos e estudantes presentes, temas tratados e repercussão do evento entre os presentes”*.

O DEE não só recuou da organização de eleições diretas para a entidade, como tentou em um primeiro momento participar do processo de constituição da UEE/Livre. No entanto, todas suas ações foram no sentido de implodir a articulação em andamento, sendo que em nenhum momento participaram de forma séria do

¹²Jornal O Nacional, 18 de outubro de 1979.

¹³Documento confidencial do DOPS 02 de março de 1979. Pedido de busca nº 023/79/DBCI/DOPS/RS. Ao final havia um carimbo que dizia “o destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento, art 1º Dec. 79.090/77 – regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos.

processo.¹⁴

Com a retomada dos principais DCEs do estado no início da década de 1980, começou o declínio do DEE. Segundo Pepe Vargas,¹⁵

O DEE a partir de certo momento, no qual a ditadura já não mais conseguia impedir a livre organização dos estudantes perdeu importância. O movimento real se organizou em torno dos DCEs e D.As, que reorganizaram a UEE. O DEE acabou se transformando num aparelho de locupletação pessoal de seus dirigentes, num processo de definhamento crescente. A sua existência levou a uma situação de falta de enfrentamento mais global entre direita e esquerda. Pontualmente, em alguns D.As, mais raramente em DCEs, setores de direita disputaram eleições, raramente com vitórias (Entrevista por email com Pepe Vargas – janeiro de 2011).

A opinião de que a partir de determinado momento o DEE passou a perder importância enquanto instrumento de disputa política e ideológica, mas, que ainda se manteve por um determinado período em função de interesses pessoais, é compartilhada por Abner Gomes. Para ele,

Acredito que estes seres não estavam mais interessados em vitórias ideológicas ou políticas, mas sim em defender quem lhes proporcionava privilégios - e estes não eram poucos. Então, provavelmente mais que em qualquer outro estado, a existência do DEE produziu o grupo que deu sustentação à vários políticos de direita em nosso estado (...) Monopolizavam a distribuição de lugares quando não existia concursos públicos, casas populares, quando não existia sorteio ou critérios, bolsas de estudo e transferências entre muitas outras coisas... (Entrevista por email com Abner Jandir Pífero Gomes – janeiro 2011).

Entendemos, por fim, que a direita estudantil gaúcha, que por um longo período controlou a maioria das entidades no estado, começou a se desgastar e perder sua força política em função do fim do regime militar e do próprio objetivo pelo qual a entidade estava estruturada para efeito de disputas. A partir de determinado momento ela passou então a ser um simples instrumento de preservação de interesses privados, e mesmo assim, não conseguiu se sustentar com esse nome. A reconstrução da UEE, e a existência de correntes políticas organizadas que davam conteúdo ideológico ao confronto com a direita foram fundamentais para a derrota dessa entidade.

O processo de reconstrução da UEE Livre, entidade que passou a disputar com o DEE a legitimidade

para representar o movimento estudantil gaúcho, teve uma dificuldade adicional em relação à reconstrução das demais UEEs do país. Além da necessidade de estabelecer políticas que tivessem a capacidade de organizar e mobilizar os estudantes, bem como a disposição de enfrentar as burocracias universitárias que eram avessas às mobilizações estudantis, a UEE Livre no RS também teve de disputar durante alguns anos a influência política e ideológica sobre os DCEs e DAs, especialmente do interior do estado, os quais durante muitos anos estiveram sob controle dos representantes do regime militar dentro do movimento estudantil.

Abaixo construímos um quadro com alguns dos presidentes do DEE que conseguimos identificar.

GESTÕES	PRESIDENTES DO DEE
1971/72	Máximo E. Antunes ¹⁶
1972/73	---
1973/74	---
1974/75	Valnir Soares ¹⁷
1975/76	José Ubiratan de Oliveira
1976/77	Eduardo di Primio Maineri Conceição ¹⁸
1977/78	---
1978/79	Darcy Rocha Martins Mano ¹⁹
1979/80	Geraldo Rosa
1980/81	João Villanova Gallardo
1981/82	João Villanova Gallardo
1982/83	Carlos Romano Goelzer Pansera

A destruição da maioria dos arquivos dos DCEs, bem como a inacessibilidade de buscar documentos em uma entidade que não mais existe (DEE), dificultou a identificação dos demais presidentes da entidade durante o período analisado.

Artigo recebido em 30.9.2011

Aprovado em 13.12.2011

¹⁴O relato desse processo pode ser acompanhado no livro *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*, de Ivanir Bortot e Rafael Guimaraens. Porto Alegre. Editora Libretos, 2007 ou na versão do DEE pelo Jornal O Minuano, ano III, nº 9, março/abril 77.

¹⁵Gilberto José Spier Vargas, (Pepe Vargas) foi militante do movimento estudantil de Caxias do Sul, sendo duas vezes diretor da UEE/RS, ex-prefeito de Caxias do Sul, ex-deputado estadual do RS e atual deputado federal.

¹⁶O Secretário Geral da gestão era Hermes Pereira Dutra, o qual coordenou a bancada do PP (na época PDS) na Assembléia Legislativa até sua aposentadoria.

¹⁷O vice presidente do DEE nessa gestão era Adolfo Fetter Jr, ex-deputado federal e atual prefeito de Pelotas pelo P.

¹⁸O assessor especial da presidência era Lindomar Vargas Rigotto, irmão de Germano Rigotto.

¹⁹Dias 11 a 13 de novembro de 1977 foi realizado um Encontro Estadual DEE na FURG, encontro esse apoiado pelo DCE FURG. A avaliação do DOPS/RS era de que participaram 250 estudantes de 27 cidades. Lindomar Vargas Rigotto surgiu como candidato de oposição. O Reitor da FURG (Pedone) solicitou ao presidente do DCE FURG (Antônio Eduardo Toralles Santos) que apoiasse Lindomar, “conforme instruções recebidas de Brasília” por parte do reitor. A chapa de oposição teve 10 votos e 70 da chapa de situação. Lindomar passou para a chapa de situação 15 minutos antes das eleições, concorrendo na chapa de Darcy Rocha Martins Mano, que foi eleito presidente do DEE para o período 78/79 (fonte documentos do DOPS/RS).